

As contribuições de Davidovich e Bahiana ao debate das escalas geográficas no Brasil

Matheus da Silveira Grandi

Universidade Federal do Rio de Janeiro

p. 253– 268

Artigo disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84532>

Como citar este artigo:

GRANDI, M. S. As contribuições de Davidovich e Bahiana ao debate das escalas geográficas no Brasil. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 253-268, 2014.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 3.0 License.

revista

Geo 
USP

espaço e tempo

Volume 18, nº 2 (2014)

ISSN 2179-0892

As contribuições de Davidovich e Bahiana ao debate das escalas geográficas no Brasil

Matheus da Silveira Grandi

Resumo

Nas últimas duas décadas, o debate teórico sobre as escalas geográficas cresceu no meio acadêmico, especialmente no anglófono, mas sem grande interesse da geografia brasileira. Este artigo faz uma releitura de duas publicações nacionais das décadas de 1970 e 80 que abordaram o tema mas que são pouco lembradas, contrastando-as com alguns apontamentos de recentes produções de língua inglesa. A abordagem da história do pensamento geográfico de uma perspectiva escalar, a ênfase na coexistência das escalas em cada recorte do real e a visão das escalas geográficas como fruto de processos espaciais são algumas das contribuições originais dos dois trabalhos. Ao final, reforça-se a importância de se retomar e atualizar o debate teórico-conceitual sobre as escalas geográficas no país, visto serem elas elementos constitutivos do pensamento e da ação e, por isso, importantes e eficientes instrumentos de exercício de poder.

Palavras-chave: Escalas geográficas. Construção social da escala. História do pensamento geográfico. Brasil.

Contributions of Davidovich and Bahiana to the geographical scale debate in Brazil

Abstract

The theoretical debate about the geographical scales had increased during the last two decades, especially in the Anglophone context but without great interest of the Brazilian geography. This article seeks to reread two Brazilian publications of the 70's and 80's that develops some points about this subject, although they are frequently forgotten by the national literature. Some recent reflections made in the Anglo-Saxon context will be used as a contrast. The scalar perspective over the history of geographical thought, the emphasis in the coexistence of different scales in each parcel of the reality, and the perspective of the geographical scales as outcomes of spatial processes are some of the original contributions of these two. Finally, I want to reinforce the importance of a renew and an update of the

discussion concerning the geographical scales in Brazil, once that this scales are constitutive elements of the thoughts and of the actions, making them important and efficient instruments of power.

Keywords: Geographical scales. Social construction of scale. History of geographical thought. Brazil.

Considerações iniciais: sobre um debate pouco acompanhado

A experiência social põe o ser humano em contato com uma variedade sem fim de aspectos e dinâmicas. Em meio a tal pluralidade, a busca por conferir algum sentido ao mundo já tomou diversos caminhos, sempre parciais em relação a complexidade do real. Dentre tais caminhos figura a esperança iluminista na racionalização da realidade, em tese potencialmente emancipadora. Tal estratégia tem no conhecimento científico um pilar importante, com frequência exigindo que as pessoas recortem do real aquilo sobre o que se pretende refletir.

O caso das escalas geográficas é bastante ilustrativo dessa situação. Cabe destacar, antes de tudo, que a adoção da expressão *escala geográfica* neste trabalho visa ressaltar duas diferenciações observadas com frequência em trabalhos preocupados com a dimensão socioespacial da sociedade: por um lado, distinguir a escala geográfica de outros tipos de escala, usados em outros campos do conhecimento (escala temporal, musical, cromática etc.); por outro, garantir que não a confundam com outra acepção que comumente lhe conferem – a escala cartográfica. Optei aqui por não usar a expressão “escala espacial” por considerar que mesmo a escala cartográfica tem um forte caráter espacial (em sentido amplo), ao estabelecer uma proporção matemática entre dimensões espaciais reais e suas representações gráficas – também espaciais. Ao mesmo tempo, a escolha do adjetivo “geográfica” não pretende restringir tais reflexões a um quinhão acadêmico específico, mas sim qualificar essa escala como relativa à dimensão espacial da sociedade – ou ao *espaço social*, mais claramente falando.

Apesar de figurar entre os fatores empíricos seguidamente considerados, apenas recentemente as escalas geográficas se tornaram objeto de teorizações sistemáticas no meio acadêmico. Andrew Herod (2011) indica produções a esse respeito vindas do diálogo com diversas áreas do conhecimento científico, como na ciência política e na sociologia. No caso específico da Geografia “Humana”, o autor aponta a importância das reflexões de Peter Haggett no início da década de 1970 no que envolve as teorias sobre as escalas geográficas. Foi justamente no contexto da forte influência positivista e matemática sobre a ciência geográfica – atualmente identificada como corrente teórico-quantitativa – que a escala foi encarada pela primeira vez como um foco de preocupações específicas (Bahiana, 1986). Mas foi só a partir da emergência e consolidação da influência marxista nessa área do conhecimento acadêmico que a temática passou a ser objeto de reflexões teórico-conceituais e metodológicas mais sistemáticas. Na década de 1970 ao menos outras duas referências ganham destaque nesse sentido.

O primeiro deles é David Harvey (1973), que destaca o papel daquilo que é chamado por ele de “organização territorial” no cumprimento de algumas funções que o sistema urbano deve ser capaz de garantir. Para ele, a organização territorial precisa ser capaz de lidar com ao menos dois problemas: a necessidade que diferentes infraestruturas têm de serem fornecidas em escalas espaciais distintas; e as mudanças na dinâmica espacial da sociedade. Se, por um lado, Harvey apontava a existência de argumentos que defendiam a máxima descentralização do governo e o fortalecimento da capacidade de deliberação local, percebia também outros argumentos que enfatizavam a valorização do nível metropolitano no contexto urbano de então. Para ele, não eram duas perspectivas necessariamente inconciliáveis, já que “deve ser possível conceber uma organização territorial que é hierárquica por natureza e que permite a máxima participação local, enquanto assegura um fornecimento de serviços urbanos gerais melhor possível” (Harvey, 1973, p. 94). Ele ressalta então ao menos três aspectos sobre o sistema urbano e suas escalas: o caráter ontologicamente hierárquico das escalas, a necessidade de articulação entre os diferentes recortes espaciais intraurbanos, e a vinculação entre o governo sobre áreas mais amplas e a otimização no fornecimento de serviços. Deixando de lado possíveis considerações pontuais, cabe enfatizar que Harvey não só observa empiricamente as articulações entre diferentes escalas geográficas, mas aponta também as influências exercidas por tais articulações e a importância de refletir a seu respeito visando aspectos concretos da vida urbana.

No entanto, a observação empírica e os apontamentos embrionários de Harvey não se comparam com a dedicação despendida por Yves Lacoste (1988) no final da década de 1970 à questão das escalas geográficas. Não é possível relevar algumas das críticas feitas posteriormente ao autor, como as de Iná Elias de Castro (1995) e José William Vesentini – este na introdução à versão brasileira do livro de Lacoste – quando apontam como um dos limites de sua reflexão o reforço da aproximação entre a escala geográfica e a escala cartográfica. Algumas aproximações são de fato perceptíveis, como na definição de níveis de análise espacial a partir de diferentes ordens de grandeza bastante abstratas. Tal ideia, diga-se de passagem, já estava presente nas considerações de Peter Haggett feitas na primeira metade da década de 1970, conforme comentado por Andrew Herod (2011, p. 6-7). Mas vale considerar a perspectiva de Lacoste ainda assim, pelo destaque dado ao papel tático e estratégico das representações cartográficas na dinâmica política da sociedade. Outra crítica diz respeito à visão de Lacoste sobre o conceito de região, que ele considera um “conceito-obstáculo” (1988, p. 59 et seq.). Apesar de argumentar que o uso dado ao conceito até o momento justificaria inclusive seu descarte, vemos que a continuidade do uso do conceito tem levantado questões interessantes (Corrêa, 1986; Paasi, 2004; Haesbaert, 2011). Por outro lado, parte das colocações do autor é pertinente, em especial ao criticar a ideia da região como o único recorte espacial válido à pesquisa geográfica. Ainda assim não parece fazer sentido acusar a região como um “recorte espacial inadequado”, como faz Lacoste, pois a busca por um “recorte ideal” como uma definição *a priori* dos espaços que deveriam ser o objeto das pesquisas socioespaciais parece de qualquer forma tirar tais estudos de seu foco: a dimensão espacial das práticas sociais – perspectiva endossada inclusive pelo próprio Lacoste (1988, p. 140) em outras passagens.

Sua abordagem sobre as escalas geográficas, no entanto, merece ser sublinhada por uma série de outros motivos. Dentre eles estão: o destaque à dimensão política das escalas geográficas e sua importância tática e estratégica; a ideia de que mudanças quantitativas dos

fenômenos implicam em mudanças qualitativas dos mesmos e trazem a necessidade de se considerar diferentes espaços de conceituação para as análises espaciais; e a problematização da articulação entre diferentes níveis de análise em função da prática social.

Outro ponto que também vale a pena ser enfatizado é a elaboração feita pelo autor a respeito daquilo que ele chama de espacialidade diferencial. Para ele, as configurações espaciais das práticas sociais podem ser traduzidas sobre cartas, constituindo diversos conjuntos espaciais que se superpõem e se interceptam. Essa miríade de conjuntos espaciais torna explícita a multiescalaridade das práticas sociais. Por isso, Lacoste afirma que:

Vivemos, a partir do momento atual, numa espacialidade diferencial feita de uma multiplicidade de representações espaciais, de dimensões muito diversas, que correspondem a toda uma série de práticas e de ideias mais ou menos dissociadas (1988, p. 48-49).

As colocações de Harvey e principalmente de Lacoste têm grande importância para a discussão teórico-conceitual e metodológica sobre as escalas geográficas. No âmbito das produções de língua inglesa, esse debate prosseguiu na década seguinte com autores como Peter Taylor (1981; 1987), John Hart (1982) e Neil Smith (1984). Foi, no entanto, na década de 1990 que outras pessoas uniram esforços intelectuais para complexificar a temática das escalas geográficas ao ponto de atualmente ser possível indicar certo consenso em entendê-las não como entidades pré-concebidas, mas sim como sendo constituídas socialmente através de processos socioespaciais mais amplos que abrangem aspectos materiais, discursivos, políticos e simbólicos. Algumas boas revisões sobre o debate são feitas por Sallie Marston (2000), Eric Sheppard e Robert B. McMaster (2004), Andrew Herod (2011) e Danny MacKinnon (2010). Trabalhos com abordagens político-econômicas que adotam perspectivas materialistas podem ser encontrados em Neil Brenner (2000), Erik Swyngedouw (1997; 2000; 2003; 2004) e Neil Smith (1993; 2004), dentre outros. Já reflexões com perspectivas pós-estruturalistas estão em James Ferguson e Akhil Gupta (2002), Chris Collinge (2006), Adam Moore (2008) e Robert Kaiser e Elena Nikiforova (2008). Alguns dos trabalhos que estão na fronteira entre esses polos são os de Sallie Marston, Paul Jones e Keith Woodward (2005) e Richie Howitt (1998; 2003) – além de MacKinnon e Marston, já citados.

Ocorre que tais reflexões não foram acompanhadas pela produção brasileira, na qual a problemática das escalas geográficas, apesar de ter se mantido presente, não originou grandes debates até o momento. As considerações mais lembradas atualmente restringem-se a contribuição de Castro (1995) e, quando muito, ao artigo dos franceses Jean-Bernard Racine, Claude Raffestin e Victor Ruffy (1983) traduzido para o português e, por isso, também eventualmente citado. Outras produções brasileiras que transitaram pelo tema com diferentes tipos de contribuições foram os trabalhos de Cláudio Egler (1990; 1992), Rogério Haesbaert (1993), Milton Santos (2002), Marcelo Lopes de Souza (2002; 2006), Roberto Lobato Corrêa (2003; 2006; 2011), María Laura Silveira (2004), Flávia Elaine da Silva Martins (2010) e Renato Emerson Nascimento dos Santos (2011). Tais colaborações ajudaram a difundir a importante distinção entre as concepções geográficas e cartográficas de escalas – hoje uma espécie de lugar comum em pesquisas socioespaciais minimamente atentas. Acontece que mesmo as referências mais

famosas no âmbito acadêmico brasileiro sobre o tema dão em geral pouca atenção a alguns trabalhos que, já nas décadas de 1970 e 80, traziam elementos teórico-conceituais e metodológicos importantes para o debate. Algumas das afirmativas, por sinal, se mostram muito afins às questões que o ambiente anglo-saxão levantou, grosso modo, a partir dos anos 1990.

Diante disso, o objetivo deste artigo é reler de maneira introdutória duas publicações brasileiras das décadas de 1970 e 80 que abordam as escalas geográficas e que são pouco lembradas, fazendo tal resgate à luz de alguns dos apontamentos recentes das produções de língua inglesa sobre o tema. Nas duas primeiras partes, portanto, o artigo de Fany Davidovich (1978) e a dissertação de Luis Cavalcanti da Cunha Bahiana (1986) serão apresentados e comentados rapidamente. Em seguida, serão feitas algumas considerações relacionando os dois trabalhos aos debates anglo-saxões já citados. Por fim, em contraste com algumas das produções estrangeiras mais recentes, pretendo apontar alguns dos tópicos que me parecem inovadores em seus trabalhos e indicar caminhos possíveis para reflexões futuras – sublinhando a importância da retomada e atualização do debate sobre as escalas geográficas entre os cientistas sociais brasileiros.

Davidovich e as escalas de urbanização

Fany Davidovich dedicou boa parte de seus estudos às pesquisas urbanas no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual ingressou no início dos anos 1940 e onde permaneceu até se aposentar, no início da década de 1990. Sua importância no cenário da geografia urbana brasileira é marcante. Um dos principais veículos nos quais a autora publicou foi a Revista Brasileira de Geografia. Nesse periódico, a autora se destacou por ser a responsável pelo maior número de publicações entre o final da década de 1930 e meados dos anos 1990: conforme levantamento feito por Barcelos (2010), 16 trabalhos tiveram Davidovich como sua primeira autora nessa importante revista, focando em especial os processos de urbanização. A partir da análise desse levantamento, também ficam explícitas algumas das principais referências que animavam a autora, como Pedro Pinchas Geiger e Milton Santos no Brasil e Manuel Castells, Henri Lefebvre, David Harvey e Brian Berry no exterior.

No final da década de 1970, Davidovich (1978) escreve um artigo intitulado “Escala de urbanização: Uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro”, em que se preocupa em apresentar um esquema geral do sistema urbano brasileiro que privilegie uma abordagem geográfica e que tentasse fugir de um olhar exclusivamente macroeconômico. Após apresentar sua perspectiva sobre a urbanização brasileira, a autora introduz a noção de *escalas de urbanização*. Tais escalas remeteriam a diferentes dimensões de um mesmo processo e, inspiradas no trabalho de Harvey (1973), seriam definidas pelos diferentes ritmos no ajuste das partes (as cidades) às mudanças do sistema (urbano). Para a autora, portanto, “as escalas de urbanização podem ser assumidas como expressão espacial diferente de diferentes dimensões do processo de urbanização no país” (Davidovich, 1978, p. 57). Segue-se a esse esforço de conceituação a proposta de quatro escalas da urbanização no país: a escala da metropolização; a escala de tangenciamento à metropolização; a escala das funções regionais; e a escala da fronteira de recursos.

Ainda que sua proposta possa ser vista como abarcando processos que guardam suas especificidades, fica claro que a questão de Davidovich não está em definir a escala “da cidade” ou “da metrópole” como realidades socioespaciais propriamente ditas. Esses referenciais espaciais são vistas como manifestações empíricas de um processo que, esse sim, está no foco de seus questionamentos: a urbanização. Cada um desses referenciais é compreendido em função das escalas definidas pelo processo de urbanização. Portanto, as escalas da autora se vinculam a uma ação humana específica: urbanizar o espaço. O objetivo declarado de sua abordagem é “compreender a posição dos centros dentro de estruturas espaciais, resultantes de diferentes formas de processo de urbanização” (Davidovich, 1978, p. 70), como subsídio à elaboração de uma política urbana. As escalas de urbanização propostas são, dessa forma, também reconhecidas em suas implicações práticas, cada escala evocando estratégias prioritárias de ação – no caso da autora, com foco no âmbito das práticas estatais. Por isso é importante pensar sobre as relações entre cada escala da urbanização, pois em sua opinião são essas interações que imputam uma dimensão nacional à estruturação do espaço. Segundo a autora, as “interações espaciais que têm nas metrópoles nacionais o foco principal de propulsão podem ser interpretadas como interseções das escalas da urbanização, cuja otimização também se insere nas preocupações de uma política urbana” (Davidovich, 1978, p. 73).

A ligação entre escalas geográficas e estratégias políticas – estatais, no caso – colocada pela autora indica também sua sensibilidade com as relações existentes entre essas escalas e o real. Pode-se ver no pano de fundo de suas afirmações o destaque aos vínculos existentes entre as escalas e a própria *ação sobre o mundo*. Assim, ao ressaltar as repercussões mútuas entre os espaços que são considerados como base das reflexões e das ações – no caso da pesquisa de Davidovich, as manifestações espaciais do fenômeno urbano – a autora permite compreenderem-se as escalas geográficas como categorias mutáveis e que, por isso, não são hermeticamente separadas umas das outras. Elas se implicam e influenciam mutuamente. Não por acaso seu artigo ressalta que são as *interações* que se verificam entre suas escalas que atribuem dimensão escalar ao processo que ela observa e se esforça para desvendar. Portanto, as escalas de um processo só existiriam em interação e por conta dela. Ao mesmo tempo, a dimensão escalar se manifesta justamente no quando-onde dessas interações, em uma relação de influência mútua. Possivelmente outra forma pela qual se poderia exprimir essa ênfase nas interações seria considerar a organização do espaço – urbano, no caso – como constituída de “localizações diferenciadas” e conexões. Ou seja: de fixos e fluxos, como mais tarde definiria Milton Santos (2002).

Cada escala da urbanização vai refletir, também, uma forma de integração entre determinados tipos de centros, integração essa que tanto pode implicar em relacionamento de longo alcance quanto em características funcionais de âmbito regional. Naturalmente, as escalas não são estanques (Davidovich, 1978, p. 57).

Reconhecendo o dinamismo do processo de urbanização, Davidovich afirma que as escalas não podem ser consideradas rígidas, mas sim como frutos de processos intimamente ligados a ação. Elas refletem formas de interações espaciais que se desenvolvem no decorrer do processo e, por isso, *não são estanques nem homogêneas internamente*. Também não se referem apenas à *linearidade hierárquica*, evocando a imagem de *fluidez* e a ideia de continuidades

e descontinuidades (Davidovich, 1978, p. 58) – elementos que aparentemente não estavam presentes assim nas reflexões de Harvey nas quais a autora se inspira. Por isso, apesar de ser mais conhecida por suas contribuições aos estudos sobre o sistema urbano, Fany Davidovich colabora também com elementos ricos para a reflexão sobre as escalas geográficas.

Bahiana e as escalas do urbano

Luis Cavalcanti da Cunha Bahiana também figura no quadro dos pesquisadores do IBGE, tendo direcionado suas pesquisas tanto para a área das geotecnologias quanto para discussões teórico-conceituais. Sua dissertação de mestrado se encaixa nestas últimas, onde a multiplicidade do espaço urbano o estimula a empreender suas reflexões. As motivações iniciais dessa sua pesquisa (Bahiana, 1986) se ligavam à prática docente, uma vez que ela lhe levava a perceber a existência de *diferentes níveis de realidade urbana*. Esses níveis, por sua vez, o remetiam à problemática das diferentes escalas de análise. Partindo do espaço urbano, portanto, o objetivo de seu trabalho foi refletir sobre a forma como o conceito de escala foi abordado no âmbito acadêmico da geografia urbana. Ele procurava esboçar “uma proposta de entendimento da organização do espaço urbano segundo níveis de realidade diferentes, incorporando saberes, dimensões e práticas específicos a cada nível e sua relação com os demais níveis do espaço urbano” (Bahiana, 1986, p. vii-viii). Para isso, ele se propõe a fazer uma revisão bibliográfica sobre a questão das escalas geográficas e, ao final, apresentar sua proposta de escalas do urbano visando novas possíveis abordagens.

Para além de um simples *review*, merece destaque seu esforço de reunir referências de um discurso disperso por vários anos e que ainda não haviam sido aproximadas sob esse prisma. O autor começa com uma série de questões ligadas aos diferentes níveis da realidade e indicando suas relações com o problema das escalas geográficas. Entre os autores lembrados por Bahiana, sua atenção se detém no filósofo Henri Lefebvre, em especial por considerar “desecologizada” sua abordagem dos níveis de realidade, negando-os como um “conjunto estrutural” definido de maneira “precisa e separada”. O filósofo enfatizaria, assim, tanto a interação entre os níveis quanto o fato de cada nível conter virtualmente todos os outros. Tal perspectiva anima as reflexões de Bahiana no prosseguimento de sua dissertação, quando ele empreende uma revisão bibliográfica interessada nas diferentes formas como as escalas foram tratadas no âmbito acadêmico da geografia. Essa revisão é sem dúvida uma das maiores contribuições de seu trabalho. O caminho escolhido por ele para realizar tal tarefa passa pelo resgate de aspectos da geografia regional, da geografia teórico-quantitativa, da geografia humanista e da geografia crítica marxista.

No seio da *geografia regional*, Bahiana relembra inicialmente as discussões ao redor dos *pays* e da vertente francesa animada por Vidal de La Blache. A abordagem regional é vista por Bahiana como uma expressão da busca pela materialização de uma escala definida para o estudo geográfico. Sob as inspirações deterministas do período, os debates sobre a identificação das *regiões naturais* também traziam questões ligadas ao tema das escalas geográficas. Bahiana destaca especialmente algumas reflexões da década de 1950, como as colocações de Derwent Whittlesey sobre as *compages* e a hierarquia de regiões que daí derivou. Segundo o autor brasileiro, esta seria um exemplo de busca por sistematizar a geografia regional através da questão da escala. Também são lembrados por Bahiana as produções de James Bird e Allan

Phillbrick. O primeiro versava sobre as diferenças entre estudos intensivos e extensivos em relação a uma mesma área e, assim, enfatizava o que Bahiana identifica como a questão de que a mudança das escalas modifica os fenômenos observados – reflexão que esteve presente em diferentes trabalhos posteriores (Lacoste, 1988; Racine; Raffestin; Ruffy, 1983; Castro, 1995; Corrêa, 2003). Já Phillbrick aprofundava a ideia de uma *hierarquia analítica de regiões* que, ao organizar as áreas a partir de conexões em uma sequência de áreas sucessivamente maiores e observá-las concomitantemente, permitiria a visualização “tanto da árvore quanto da floresta” (Bahiana, 1986, p. 47). Hoje as reflexões sobre as escalas geográficas também têm inspirado reconsiderações a respeito do uso do conceito de região (Paasi, 2004; Haesbaert, 2011).

O autor destaca também que foi no seio da *geografia teórico-quantitativa* que pela primeira vez pode-se perceber as escalas como um problema metodológico explícito. Diferentemente da abordagem regional, porém, as questões escalares eram vistas como uma série de problemas técnicos e sob a ótica quantitativa. As *agregações espaciais* ganharam importância no debate, uma vez que o tamanho e a forma das unidades de áreas – consideradas como o “indivíduo geográfico” por natureza – influenciavam os índices encontrados a seu respeito. A agregação era, então, vista como um problema central para todos os tipos de análise geográfica, envolvendo questões de escala e de comparação interna das áreas agregadas.

Em resposta a essa ênfase quantitativa, a *geografia humanista* cumpriu o papel de recolocar os aspectos qualitativos em debate, influenciando também a concepção sobre as escalas geográficas. As *diferentes percepções de mundo*, consideradas especialmente na perspectiva da experiência (Tuan, 1983), questionaram novamente os limites das divisões espaciais feitas até então. É o caso do francês Armand Frémont que, no início da década de 1980, aproximou a região e o espaço vivido – relacionando o problema da definição das regiões ao espaço-tempo experienciado pelos indivíduos, reflexões de seu livro *Região: espaço vivido*.

Por fim, a inspiração marxista hegemônica na chamada *geografia crítica* também influenciou o entendimento das escalas geográficas. Bahiana lembra principalmente das considerações de Yves Lacoste, para quem as diversas ordens de grandeza das práticas sociais nos levam a viver em uma *espacialidade diferencial*, onde diferentes níveis de realidade se superpõem e articulam. Segundo o autor brasileiro, a maior contribuição de Lacoste foi a ênfase nessas articulações que, sendo aprofundadas, levaram o pensador francês a cunhar a ideia de um espaço folheado construído no âmbito das práticas sociais. Portanto, os espaços de conceituação não seriam objetos reais, mas sim objetos do conhecimento que estariam embebidos pela dimensão do exercício do poder na sociedade.

Bahiana chega finalmente nas reflexões sobre como as escalas foram vistas e trabalhadas na *geografia urbana*. Nessa área de pesquisa, as atenções iniciais teriam sido voltadas às ideias de *sítio e posição*. Por destacar a relação entre o local e o extralocal, Bahiana considera a relação entre sítio e posição como talvez a primeira questão de escala a ter sido colocada pela geografia, apesar de não ter sido explorada como tal. Os estudos sobre o urbano teriam se desenvolvido através de dois caminhos paralelos à influência dessas duas noções espaciais: *a cidade como fenômeno pontual e organizadora de regiões*; e *o espaço interno da cidade e sua organização*. Atualmente, Corrêa (2003) identifica justamente duas escalas conceituais de análise do fenômeno urbano: a da rede urbana e a do espaço urbano (ou espaço intraurbano).

O autor termina relembrando a polissemia do conceito de escala no âmbito das ciências em geral e da própria geografia. Apesar de reconhecer que suas sugestões são parciais e necessitam complementações, Bahiana afirma ser importante buscar com clareza as características que cada escala apresenta em pelo menos três dimensões: os *modos de pensar* – relacionando as disciplinas acadêmicas que mais tipicamente se preocupam com determinada escala; os *modos de atuar* – identificando os agentes modeladores típicos de cada escala; e os *modos de representar* – referente às formas utilizadas pela técnica e pelo pensamento para representar a escala em questão. Por fim, o autor apresenta sua sugestão de escalas espaciais do urbano na seguinte sequência: moradia, logradouro, bairro, agregado de bairros, cidade, área de atuação local, espaço de atuação regional, rede nacional de cidades e o sistema mundial de cidades.

As proposições finais de Bahiana seguem um padrão hierarquizado e aparentemente rígido das escalas. Ainda assim, sua colaboração a respeito dos modos de pensar, atuar e representar as escalas é de grande relevância por destacar as distintas funcionalidades que essa ferramenta de categorização do real pode assumir – remetendo-nos a uma compreensão das escalas geográficas primordialmente como categorias da prática, como destacaremos mais adiante.

Reflexões à luz do debate anglófono das últimas décadas

Bahiana expõe suas reflexões de forma bastante relacionada ao seu conteúdo. Após desenhar seu objeto através dos questionamentos centrais, o autor vai do “amplo” ao “restrito” ao passar da escala no contexto das ciências de forma geral até chegar na escala no âmbito do subcampo da geografia urbana. A maioria das propostas e reflexões que o autor resgata mantém hierarquizações escalares sequenciais que também seguem da maior escala à menor, e/ou vice-versa, o que de fato é o mais comum na literatura geográfica. Sua proposta final de escalas do urbano também tem as mesmas características. Dentre as obras abordadas pelo autor, porém, a postura de Lacoste parece suficientemente aberta para permitir o questionamento dessa linearidade – ainda que tampouco escape disso no momento de propor suas ordens de grandeza (Lacoste, 1988, p. 88), como critica Castro (1995, p. 122). Tendo como seus maiores interlocutores Lefebvre e Lacoste, Bahiana segue sem escapar da hierarquização. Ainda assim, a ênfase que o autor dá a aspectos como a coexistência e a interconexão das escalas é bastante grande, trazendo então pistas de uma possível flexibilização dessas hierarquias.

Tal hierarquia e sequenciamento são bastante comuns nas pesquisas sobre a sociedade como um todo e mesmo nos processos não acadêmicos de apreensão do real. Ainda assim vale destacar que isso já havia sido criticado por Fany Davidovich no final da década de 1970. A mesma perspectiva ressurgiu no decorrer das últimas duas décadas no exterior, por exemplo com Marston (2000), Ferguson e Gupta (2002) e Moore (2008). O artigo de Davidovich também ressalta o papel das interações espaciais como aspectos fundamentais à constituição das escalas geográficas do processo de urbanização, destacando a importância de se levar em conta as continuidades e discontinuidades espaciais nas reflexões sobre o tema. Autores como Andrew Herod (2011, p. 23-24) também percebem atualmente que as reflexões sobre as escalas geográficas têm adotado recentemente abordagens que assumem deste perspectivas *topográficas* – cada escala considerada em sua dimensão contínua, como espaços absolutos e claramente delimitados – até perspectivas *topológicas* – as escalas concebidas como as maneiras através das

quais diferentes redes geográficas se estruturam, enfatizando sua espacialidade descontínua. As considerações de Davidovich, portanto, antecipam aspectos que se tornaram centrais em trabalhos que ganharam expressão hoje em dia no contexto da literatura de língua inglesa que pensa as relações entre a construção social das escalas e as redes geográficas (Cox, 1998; Leitner, 2004; Bulkeley, 2005; Collinge, 2006). Para Davidovich, ao mesmo tempo, os referenciais fixos seriam os diferentes tipos de cidades, entendidas como a manifestação material-concreta do processo de urbanização por ela estudado. Por isso sua abordagem também aponta no sentido de perspectivas que, atualmente, valorizam a dimensão material do espaço e destacam a criação concreta dos chamados fixos escalares em meio ao processo de produção social das escalas geográficas (Brenner, 2000; Swyngedouw, 1997; 2000; 2003; 2004; Smith, 1993; 2004).

Davidovich traz a imagem de fluidez remetendo-se às escalas, enquanto Bahiana busca novas ferramentas para o debate resgatando criações lacusteanas como o “espaço folheado” e a “espacialidade diferencial”, com que ressalta a valorização dos múltiplos níveis da realidade sem, ao mesmo tempo, deixar de reconhecê-la como todo e como parte do todo. Ele lembra que:

Um bairro, por exemplo, tem uma realidade enquanto tal, mas ao mesmo tempo ele é cidade e rede de cidades. O ser bairro é o ser cidade e o ser rede de cidades. Neste sentido, cremos que uma perspectiva fenomenológica pode ser de grande valia, sem descurar contudo da dialética entre as partes e o todo (Bahiana, 1986, p. 176-177, grifo do original).

Sem dúvida a perspectiva fenomenológica, ainda pouco explorada, pode trazer inúmeras colaborações para o debate sobre as escalas geográficas. As características levantadas por essa abordagem tendem a reforçar compreensões menos herméticas sobre o espaço social, contrastando com os alguns tipos de rigidez que predominam em certas abordagens críticas marxistas sobre a dimensão socioespacial da sociedade. Como deixa claro Bahiana (1986, p. 141),

[...] aceitar a questão das escalas como princípio orientador é optar pela complexidade da realidade, seja em que ramo do conhecimento se estiver, na medida em que implica lidar com mais elementos do que desejaria nosso ‘cogito’ positivista. Implica, pois em *perigos metodológicos* e até mesmo de *ordem política*. Afinal, *nunca se sabe que discurso espacial ou prática de poder se oculta pela tomada em consideração de apenas uma parte do espaço* (grifos nossos).

Em suma, ao menos três aspectos dos trabalhos brasileiros enfocados aqui fazem deles importantes produções para os debates a respeito das escalas geográficas. Eles inovaram ao trazer elementos que frutificaram nos debates acadêmicos estrangeiros somente a partir da década de 1990 vindos de outros caminhos. Infelizmente, porém, não receberam atenção das pesquisas feitas aqui.

Primeiramente, o resgate de Bahiana da problemática escalar na geografia destaca como tais questões foram inicialmente enfrentadas de maneira empírica para depois ser pautadas como questões teórico-conceituais e metodológicas. Além disso, ao retomar concisamente como a problemática das escalas geográficas surgiu nas reflexões das principais correntes da geografia desse período, seu trabalho demonstra a presença frequente de tal problema nas pesquisas geo-

gráficas do último século. É nesse percurso que Bahiana *elabora uma rápida abordagem escalar da história do pensamento geográfico*. As produções recentes em língua inglesa não realizam tal resgate, sendo que o mais próximo disso até agora parece ser o trabalho de Herod (2011). Esse tipo de resgate é essencial para lembrar de autores que hoje não têm sido referenciados nos debates e que, apesar disso, podem trazer contribuições relevantes para essa discussão. Um exemplo recordado por Bahiana é Allan Phillbrick, cujas considerações, a partir do que Bahiana comenta, já enfatizavam a importância dos agentes sociais como promotores das articulações entre as escalas geográficas, aspecto bastante debatido hoje internacionalmente. Trata-se de um resgate crucial para que se possa compreender a trajetória das maneiras de se pensar um conceito que cumpre papel estruturante no pensamento e na ação sobre o mundo – apesar de sua problematização teórica ser recente. Esse papel fica claro quando Bahiana, ao buscar as formas de utilização do conceito de escala geográfica na geografia urbana, percebe de maneira original que as noções de sítio e posição já traziam consigo preocupações escalares, podendo ser vista como a primeira questão de escala a ter sido colocada pela geografia.

Em segundo lugar, para além de resultarem de construções epistemológicas mutáveis com o passar do tempo – dentro e/ou fora da academia –, a abordagem de Davidovich permite ver *as escalas geográficas como frutos de processos espaciais*. Tais processos envolvem aspectos materiais-concretos, como fica explícito na abordagem da autora quando considera os diferentes tipos de cidades como manifestações empíricas de processos de urbanização distintos. São consequências materiais da construção social das escalas geográficas. Porém, considerando as escalas como processuais, *a autora também nega a fixidez, a homogeneidade interna e a hierarquia das escalas*. Ambos os temas da fixidez e da hierarquia das escalas geográficas ainda geram grandes debates. Quanto à questão da fixidez das escalas, uma síntese pode ser encontrada nas considerações de MacKinnon (2010). Já sobre a hierarquia, Sheppard e McMaster (2004) fazem correlações interessantes entre a teoria da hierarquia nas escalas e a influência da ecologia sobre as ciências atentas às questões socioespaciais. Criticando a hierarquia entre as escalas, Marston, Jones e Woodward (2005) enfatizam que a hierarquização é politicamente regressiva por reproduzir desigualdades socioespaciais e sufocar as resistências – o que leva os/as autores/as inclusive a sugerirem que o conceito de escala geográfica seja abandonado pela geografia humana. Moore (2008), por sua vez, aponta que grande parte das produções de inspiração político-econômica reforça a hierarquização entre as escalas. No entanto, MacKinnon (2010) discorda de Moore afirmando que a perspectiva processual das produções que ele critica enfatiza justamente o contrário. Muito desse debate a respeito das hierarquizações pode certamente ser enriquecido se considerarmos, por exemplo, que a ação no mundo frequentemente exige a definição de espaços prioritários para sua efetivação, o que constitui certa hierarquia a partir de necessidades impostas pela prática. Algumas relativizações nesse sentido que podem ser interessantes são trazidas da antropologia por Luis Dumont (1992), por exemplo. O que fica claro, de qualquer maneira, é que o debate acerca desse tópico ainda está em aberto e se mostra sem dúvida como um amplo caminho a ser desbravado.

Por fim, a inspiração nas reflexões de Lacoste (1988) sobre a espacialidade diferencial e o espaço folheado que Bahiana adota o leva a afirmar a *coexistência das escalas geográficas em cada recorte feito sobre o real*. A partir daí, o autor indica a importância que abordagens

fenomenológicas sobre o tema podem ter para o debate, perspectiva que foi novamente indicada mais de 20 anos depois por Flávia Martins (2010) e que, como já foi ressaltado, todavia não foi explorada.

Palavras finais: sobre inovações e esquecimentos

No início deste artigo, afirmei que a constituição social das escalas geográficas é hoje um dos poucos consensos entre as pesquisas recentes sobre o tema. Esse consenso destaca a preocupação com as diversas maneiras pelas quais as relações de poder se constroem e adaptam na sociedade e o papel das escalas geográficas nesses processos. Fica claro que as partes em que se recorta o espaço e as formas de suas interações não surgem ao acaso. Assim, vemos a pesquisa de Bahiana reforçar a ideia de que por trás do que alguns chamam hoje de configurações ou arranjos escalares (Moore, 2008) há sempre interesses políticos envolvidos. Isso corrobora também as afirmações de Davidovich sobre as escalas de urbanização não serem estanques nem internamente homogêneas. A determinação dos limites espaciais, das características internas e das interações possíveis em/através de determinadas escalas são elementos com grande capacidade de intervenção nos contextos materiais e nas práticas individuais e sociais cotidianas. Por isso, aprofundar as reflexões sobre esse tema exige cada vez mais que se considerem os emaranhados que ligam as escalas geográficas, ressaltando-as como elementos constitutivos do pensamento e, por decorrência, importantes e eficientes instrumentos de exercício de poder.

As interações entre os agentes sociais através de suas práticas são altamente influenciadas pelos diversos recortes espaciais que, por um lado, servem de referência material à vida e, por outro, lhe dão sentido – como mostram os autores contemporâneos que ressaltam a dimensão discursiva da construção social das escalas (Collinge, 2006; Moore, 2008; Kaiser; Nikiforova, 2008). Por mais que se possa criticá-los, vale lembrar que as colocações de Allan Phillbrick e Yves Lacoste resgatadas por Bahiana já destacavam os agentes sociais como importantes promotores dessas interações – ainda que estejam em relação constante com aspectos da sociedade previamente instituídos, numa implicação mútua própria da dinâmica de autoinstituição das sociedades (Castoriadis, 2007). Davidovich também lembra que não existe uma “escala dada” pronta para ser “acionada”. Seriam as *ações* que têm diferentes caracteres escalares o que aproxima a construção social das escalas do tema das redes geográficas. Essa é mais uma possível inovação introduzida pela autora. Por isso, têm cada vez mais sentido três proposições atuais a esse respeito: (a) a dupla dimensão das escalas geográficas, abordáveis tanto em seus aspectos *topológicos* quanto em suas características *topográficas* (MacKinnon, 2010; Herod, 2011); (b) a relevância de se pensarem as escalas como *categorias da prática* socioespacial (Moore, 2008) – e não só como categoria analítica; e (c) as críticas sobre a concepção de “política de escalas”, por pressupor a ideia de escalas como níveis dados ontologicamente e como foco da prática política – quando, na verdade, trata-se de perseguir objetivos políticos por meio de táticas e estratégias que têm, essas sim, caráter escalar. Ao invés de uma política *de escalas*, portanto, prefiro concordar com MacKinnon (2010) e adotar a noção de *políticas escalares*.

Fica claro que os trabalhos de Davidovich e Bahiana trouxeram contribuições originais ao debate sobre as escalas geográficas.¹ No entanto, mesmo as referências mais conhecidas no debate brasileiro sobre as escalas geográficas parecem desconsiderar ou subestimar essas contribuições. Tal desaparecimento acompanha a incipiência de reflexões sobre o tema no país, tornando ainda mais urgente sua atualização. Sem dúvida, cabe a trabalhos futuros o esforço de analisar pormenorizadamente como os diferentes contextos espaço-temporais em que surgiu essa preocupação teórica – no Brasil e fora dele – influenciaram sua emergência e difusão e como ela se relaciona com a produção intelectual brasileira.

Junto a isso, a retomada atenta de trabalhos nacionais pode certamente surpreender. Como lembra Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1980, p. 39), “o levantamento das ‘vozes esquecidas’ da geografia do Brasil está para ser feito e, felizmente (ou infelizmente), revelará que não temos sido o deserto total de ideias”. As contribuições de Davidovich e Bahiana destacadas aqui servem de exemplo, dadas suas reflexões pioneiras sobre as escalas geográficas e que, apesar disso, passaram praticamente despercebidas pela comunidade geográfica brasileira. Muitos caminhos são possíveis nessa retomada, inclusive pela necessidade de avaliar a pertinência de produções estrangeiras na análise da realidade socioespacial brasileira e de seu processo de construção de conhecimento. Mas, sobretudo, a atualização do tema das escalas geográficas se mostra importante para apoiar a necessária ação sobre a realidade, dado que a dinâmica da instituição material e simbólica da sociedade também resulta das interações escalares protagonizadas por agentes sociais em diferentes locais e momentos.

Referências

- BAHIANA, L. C. C. *Contribuição ao estudo da questão da escala na geografia: escalas em geografia urbana*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- BARCELOS, S. *A geografia urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939-1995)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BRENNER, N. The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 24, p. 361-378, 2000.
- BULKELEY, H. Reconfiguring environmental governance: towards a politics of scales and networks. *Political Geography*, v. 24, p. 875-902, 2005.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007[1982].
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

¹ Ainda que não seja o objetivo deste artigo, vale indicar a necessidade de se refletir sobre os motivos que levaram tais autores a abordar as escalas geográficas da maneira como o fizeram (relacionando-as ao urbano e à urbanização) e no seu contexto intelectual e institucional específico (ligadas ao quadro do IBGE das décadas de 1970 e 80), sem que no entanto tenham prosseguido no debate sobre o assunto.

- COLLINGE, C. Flat ontology and the deconstruction of scale: a response to Marston, Jones and Woodward. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 31, p. 244-251, 2006.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço. In: CARLOS, A. F. et al. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.
- _____. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007.
- _____. Uma nota sobre o urbano e a escala. *Território*, n. 11/12/13, p. 133-136, 2003.
- _____. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- COX, K. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. *Political Geography*, v. 17, n. 1, p. 1-23, 1998.
- DAVIDOVICH, F. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 40 n. 1, p. 51-82, 1978.
- DUMONT, L. *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992[1966].
- EGLER, C. As escalas da economia: uma introdução à dinâmica territorial da crise. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 53, n. 3, p. 229-245, 1992.
- _____. Diacronia em três escalas. In: RIBEIRO, A. C. T.; PINHEIRO, D. (Orgs.). *Metropolização e rede urbana: perspectivas para os anos 90*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. p. 147-160.
- FERGUSON, J.; GUPTA, A. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American Ethnologist*, v. 29, p. 981-1002, 2002.
- HART, J. The highest form of the geographer's art. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 72, n. 1, p. 1-29, 1982.
- HARVEY, D. *Social justice and the city*. Oxford: Blackwell, 1973.
- HAESBAERT, R. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. Escalas espaço-temporais: uma introdução. *Boletim Fluminense de Geografia*, ano 1, n. 1, p. 31-51, 1993.
- HEROD, A. *Scale*. Nova York: Routledge, 2011.
- HOWITT, R. Scale. In: AGNEW, J. et. al. (Orgs.). *A Companion to Political Geography*. Malden (USA)/Oxford (UK): Blackwell, 2003. p. 138-157.
- _____. Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. *Area*, v. 30, p. 49-58, 1998.

- KAISER, R.; NIKIFOROVA, E. The performativity of scale: The social construction of scale effects in Narva, Estonia. *Environment & Planning D, Society and Space*, n. 26, p. 537-562, 2008.
- LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papi-rus, 1988[1976].
- LEITNER, H. The politics of scale and networks of spatial connectivity: transnational inter-urban networks and the rescaling of political governance in Europe. In: SHEPPARD, E.; McMASTER, R. B. (Orgs.). *Scale and Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 236-255.
- MARSTON, S. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 20, n. 2, p. 219-242, 2000.
- _____; JONES, P.; WOODWARD, K. Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 30, p. 416-432, 2005.
- MacKINNON, D. Reconstructing scale: Towards a new scalar politics. *Progress in Human Geography*, v. 1, n. 35, p. 21-36, 2010.
- MARTINS, F. E. S. *A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MONTEIRO, C. A. F. *A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: IGEO-USP, 1980. (Série Teses e Monografias.)
- MOORE, A. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 2, p. 203-225, 2008.
- PAASI, A. Place and region: through the prism of scale. *Progress in Human Geography*, v. 28, p. 536-546, 2004.
- RACINE, J.-B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação: contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 45, n. 1, p. 123-135, 1983.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002[1996].
- SANTOS, R. E. N. *Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- SHEPPARD, E.; McMASTER, R. B. Introduction: Scale and Geographic Inquiry. In: _____. (Orgs.). *Scale & Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 1-22.
- SILVEIRA, M. L. Escala geográfica: da ação ao império?. *Revista Terra Livre*, ano 20, v. 2, n. 23, p. 87-96, 2004.

- SMITH, N. Scale bending and the fate of the national. In: SHEPPARD, E.; McMASTER, R. B. (Orgs.). *Scale & Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 192-212.
- _____. Homeless/global: scaling places. In: BIRD, J. et al. (Eds.). *Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change*. Londres: Routledge, 1993. p. 87-119.
- _____. *Uneven development: nature, capital, and the production of space*. Oxford: Blackwell, 1984.
- SOUZA, M. L. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- SWYNGEDOUW, E. Scaled Geographies: Nature, Place, and the Politics of Scale. In: SHEPPARD, E.; McMASTER, R. B. (Orgs.). *Scale & Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 130-153.
- _____. Urban political ecology, justice and the politics of scale. *Antipode*, v. 35, n. 5, p. 898-918, 2003.
- _____. Authoritarian governance, power, and the politics of rescaling. *Environment & Planning D: Society and Space*, v. 18, n. 1, p. 63-76, 2000.
- _____. Excluding the other: the production of scale and scaled politics. In: LEE, R.; WILLS, J. (Eds.). *Geographies of economies*. Londres: Arnold, 1997. p. 167-176.
- TAYLOR, P. The paradox of geographical scale in Marx's politics. *Antipode*, v. 19, n. 3, p. 287-306, 1987.
- _____. Geographical Scales within the World-Economy Approach. *Review Fernand Braudel Center*, v. 5, n. 1, p. 3-11, 1981.
- TUAN, Y.-F. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.